

# EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: EXPERIMENTANDO O LÚDICO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

*Fernanda Gonçalves Zuffo \**

*Fernanda Teles Gonzalez \*\**

*Maria Fernanda Petrolí Frutuoso \*\*\**

**RESUMO:** Este artigo apresenta o processo de construção de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para crianças da educação infantil em região de elevada vulnerabilidade de Santos, SP. Na fase diagnóstica, foram observadas diferentes dinâmicas entre as turmas e entusiasmo das crianças com as atividades, o que levou a proposição de uma oficina com salada de frutas, que se concretizou com o apoio dos professores, da nutricionista e das cozinheiras da alimentação escolar. São desafios para as ações de EAN nas escolas: a infraestrutura e calendário escolar, a metodologia de ensino-aprendizagem praticada, o envolvimento de todos os profissionais, a associação com os temas desenvolvidos pelos professores e a adaptação das atividades para o público-alvo, levando em conta a idade, coordenação motora e desenvolvimento lógico. As ações de EAN se revelaram eficazes como ferramentas de interação, com potencial para a promoção da alimentação saudável e para o desenvolvimento motor e psicossocial infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Saúde. Saúde da Criança. Alimentação Escolar. Educação Alimentar e Nutricional. Culinária.

## FOOD AND NUTRITION EDUCATION AND THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM: EXPERIENCING WITH PLAYFUL APPROACHES IN AN EARLY CHILDHOOD EDUCATION SCHOOL

**ABSTRACT:** This article presents the process of developing Food and Nutrition Education (FNE) activities for young children at an early childhood education school in a high-vulnerability area of Santos, SP. During the diagnostic phase, various dynamics among the classes and the children's enthusiasm in the FNE activities were observed, leading to the proposal of a fruit salad workshop. This was realized with the support of a nutritionist and the school food staff. Challenges for FNE actions in schools include infrastructure and the school calendar, the teaching-learning methodology employed, the involvement of all school professionals, the integration with topics covered by teachers, and the adaptation of activities for the target audience, considering their age, motor skills, and logical development. FNE activities proved to be effective as tools for promoting healthy eating and children's motor and psychosocial development.

**KEYWORDS:** Health Education. Child Health. School feeding. Food and Nutrition Education. Cooking.

---

\* Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Residente em Atenção Oncológica ao Adulto do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. e-mail: fernandagzuffo@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0001-1322-1887>.

\*\* Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Nutricionista da Universidade de São Paulo. e-mail: fe.teles12@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5869-6766>.

\*\*\* Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. e-mail: fernanda.frutuoso@unifesp.br. <https://orcid.org/0000-0002-6078-5511>.

## **Introdução**

### **Programa Nacional de Alimentação Escolar: história e avanços**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído no Brasil desde 1955, é reconhecido como a política pública de maior duração do País na área de segurança alimentar e nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes programas na área de alimentação escolar do mundo e fornecendo alimentação à aproximadamente 40 milhões de alunos de 150 mil escolas públicas e filantrópicas (Brasil, 2023).

Reconhecer uma política pautada na SAN implica em assumir a necessidade constante de uma alimentação adequada em termos quali-quantitativos, assim como a sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica para obtê-la (Brasil, 2006).

Segundo a Lei nº 11.947 em seu artigo 4º, o PNAE tem por objetivo contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes de todo o Brasil, além de auxiliar no crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, na formação de hábitos saudáveis dos alunos, no rendimento escolar e na aprendizagem, por meio de ações de educação alimentar e nutricional (EAN) que também contribuem com a diminuição da evasão e repetência (Brasil, 2009).

Retomando a história do PNAE, cabe pontuar brevemente que os primeiros projetos de políticas públicas voltados ao combate à fome e desigualdade social remetem a década de 1930, colocados em prática diante do aumento da precarização da alimentação e alto índice de fome entre a classe trabalhadora (Vasconcelos, 2005).

A ideia inicial de um projeto direcionado à alimentação escolar foi proposta ainda na década de 1940 e executada em 1955, com o nome de Campanha de Merenda Escolar (CME), por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição e do financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atual Unicef (Seminotti, 2022).

A partir de 1965, com o nome de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), os alimentos utilizados eram quase que integralmente provenientes de programas norte-americanos de ajuda, com destaque para a iniciativa “Alimentos para a Paz”. Tal conjuntura se perdurou até meados dos anos 70, onde a aquisição dos alimentos passou por uma reformulação, abrindo espaço para o crescimento de indústrias nacionais com a formação da Associação Brasileira de Alimentação Escolar (Abae) e a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentação (Abia) (Stefanini, 1998).

A partir de 1976, com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), o CNAE passa a incorporar o II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (II Pronan) com gerenciamento do Ministério da Educação. Em 1979, passa a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) agora com previsão de fornecimento de uma refeição diária de valor nutricional equivalente a 15% aos alunos pré-escolares e aos escolares de primeiro grau durante o período letivo (Peixinho, 2013).

A promulgação da Constituição Federal em 1988 foi um marco para o desenvolvimento da alimentação escolar e do PNAE no Brasil, uma vez que trouxe pela primeira vez, no artigo 208, a universalização do direito à alimentação nas escolas, a ser garantido pelos governos federal, estaduais e municipais: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1988, p. 124).

Desde sua criação, em 1954, a organização do PNAE se deu de maneira centralizada até 1994 - por meio da Lei nº 8.913, posteriormente consolidada em 1998 pela Medida Provisória nº 1.784 – o PNAE passou para o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Tal medida foi essencial para o crescimento da adesão dos municípios ao Programa (FnDe, 2021).

Outro grande avanço foi a Medida Provisória nº 2.178, que garantia a obrigatoriedade da aplicação de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal exclusivamente em produtos básicos e a criação de cardápios condizentes com os hábitos alimentares da região e ao comércio agrícola local, abrindo a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado (Malaguti, 2015).

Outras conquistas significativas do PNAE, no início dos anos 2000, foram a formação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), de caráter deliberativo, fiscalizador e assessor para a execução do PNAE; o estabelecimento da exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa e a instauração de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), importantes instâncias de extensão, pesquisa e ensino (FnDe, 2021).

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947 expandiu o PNAE para toda a rede pública de educação básica e de ensino de jovens e adultos e garantir que no mínimo 30% dos repasses fossem investidos na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Com esta medida, além de buscar a SAN são criados mecanismos para escoamento de produtos, fortalecimento dos agricultores locais e desenvolvimento regional e sustentável nos municípios (Malaguti, 2015).

As mais recentes alterações legais no PNAE se deram por meio da Resolução nº 6/2020, com o objetivo de alinhar as propostas do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos, tanto aos cardápios como nas atividades educativas da alimentação escolar. Resumidamente, a resolução versa sobre a oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, limitando o consumo de alimentos processados e evitando o consumo de alimentos ultraprocessados (Brasil, 2020), uma vez que a Pesquisa de Orçamentos Familiares aponta o aumento do consumo, entre crianças e adolescentes, de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada e sódio e o declínio no consumo de verduras, legumes e frutas (Ibge, 2020).

A Resolução nº 6 resulta na inclusão de mais porções semanais de frutas e hortaliças e, a depender da faixa etária, restringe/retira o açúcar e alimentos ultraprocessados, como por exemplo bebidas açucaradas (refrigerantes e refrescos artificiais), achocolatados, bolachas recheadas, barras de cereais com aditivo ou adoçadas, gelatinas, entre outros (Brasil, 2020), configurando-se um desafio para a prática do nutricionista no PNAE com vistas à sensibilização da comunidade escolar para essas mudanças.

### **O PNAE e a educação alimentar e nutricional**

Conforme o Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, a EAN é uma diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo reconhecida como uma ação estratégica para o alcance da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2010).

Entende-se EAN, no contexto da garantia do DHAA e da SAN, como: “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” (Brasil, 2012, p. 23)

No âmbito escolar, desde 1970, discute-se o potencial educativo da alimentação escolar e em 2006, por meio da Portaria Interministerial nº 1.010, a EAN passou a ser um eixo prioritário para a promoção da alimentação saudável nas escolas (Brasil, 2006), sendo a Lei 11.947 um marco no processo de fortalecimento das ações de EAN nas políticas públicas (Brasil, 2009). Estas iniciativas instituíram diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas e privadas, em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, e como parte do PNAE, incorporando o “tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares” (Brasil, 2006, p. 70).

Nesses documentos são recomendadas estratégias para a realização da EAN que incluem: a oferta da alimentação saudável na escola, a criação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inclusão do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais (Juzwiak, 2013).

A formação dos hábitos alimentares ocorre predominantemente na infância e é influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos. O aluno, ao transitar entre o ambiente familiar e o escolar, poderá experimentar outros alimentos e preparações, com a oportunidade de mudar os hábitos alimentares a partir da influência do grupo social e dos estímulos presentes na escola. Desta forma, compreende-se que o ambiente escolar é um local privilegiado para programas e ações de EAN e é um contexto relevante na formulação e sustentação de políticas públicas em alimentação e nutrição (Ramos; Santos; Reis, 2013).

Com isso, a EAN se configura como estratégia para criação de hábitos alimentares mais saudáveis, com ações de promoção e proteção da alimentação adequada e sustentável, respeitando e fortalecendo hábitos regionais. No entanto, o desenvolvimento de ações de EAN, especialmente em ambiente escolar, ainda é desafiador.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, aqui nomeado Marco, norteia a discussão do tema no Brasil e destaca que ainda é necessário ampliar a discussão sobre as possibilidades, os limites e o modo como são realizadas as ações de EAN, uma vez que o seu campo de atuação não está claramente definido (Brasil, 2012). A inserção da EAN no currículo escolar de forma transversal ainda não está bem estruturada e estudos apontam a predominância de estratégias pontuais e não sequenciais (Silva *et al.*, 2018). A pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas e a fragilidade nos processos de planejamento com ausência de referenciais teórico-metodológicos consistentes, também são desafios elencados (Ramos; Santos; Reis, 2013).

A construção coletiva de uma agenda pública de EAN estabelecida pelo Marco sintetiza os esforços realizados para que o tema seja efetivamente institucionalizado enquanto estratégia nas políticas públicas e seja inserido de forma transversal no currículo escolar. Cabe ressaltar que pensar na alimentação e na SAN de escolares implica, hoje, no manejo da má-nutrição, em um contexto em que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum grau de insegurança alimentar, especialmente nos domicílios com a presença de crianças e de mulheres negras como chefe de família em concomitância ao aumento da prevalência de obesidade, sendo 12,9% em crianças entre 5 e 9 anos de idade e 7% entre adolescentes de 12 a 17 anos (Abeso, 2023).

### **EAN nas escolas: o que os estudos nos dizem?**

O propósito das ações de EAN tem mudado ao longo das últimas décadas: antes focadas na má alimentação relacionada à desnutrição/subnutrição de populações vulneráveis, hoje enfatizam a mudança do comportamento individual, voltada ao saber biomédico e nutriente-centrado. Entendendo o hábito alimentar como resultado de relações sociohistóricas, é urgente que as ações de EAN superem suas raízes biomédicas, partindo da responsabilidade individual para a responsabilidade coletiva, construída por todos (Cervato-Mancuso; Vincha; Santiago, 2016; Silva; Neves; Netto, 2016; Moura; Leite; Bezerra, 2022).

Silva *et al.* (2018) observaram métodos de ensino tradicionais, como palestras e atividades não sequenciais executadas em eventos, como sendo as abordagens de ações de EAN mais comuns nas escolas públicas dos municípios de Goiás. Estas abordagens sinalizam atividades educativas prescritivas e verticalizadas, conduzidas pelo nutricionista, o que pode levar à desvalorização dos saberes populares das pessoas e dos coletivos.

Segundo o Marco, ações de EAN devem ser pautadas na construção coletiva do conhecimento, amparada na problematização das vivências dos estudantes e não restrita a práticas pedagógicas essencialmente teóricas:

A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas

as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012, p. 23).

Atividades de EAN fundamentadas em teorias lúdico-pedagógicas realizadas com crianças de 2 a 5 anos de uma organização pública não estatal em Juiz de Fora, MG, mostraram que as dinâmicas incentivaram o consumo de alimentos saudáveis, favorecendo o desenvolvimento intelectual e social dos alunos e os resultados apontaram para uma grande adesão dos estudantes à proposta, com assimilação do conteúdo intencionado pelos pesquisadores (Silva; Neves; Netto, 2016).

Coura *et al.* (2022) relataram a efetividade do uso de oficinas para estimular o consumo de frutas, hortaliças e legumes, a partir da familiarização com o alimento e suas características sensoriais. Ações com pré-escolares entre 4 e 6 anos de idade - para provocar os sentidos com diferentes alimentos – foram avaliadas como estratégia de baixo custo para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre crianças.

Vasconcelos *et al.* (2022) também utilizaram experimentos lúdico-pedagógicos com alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental 1 de três escolas públicas em Recife, PE, com o objetivo de favorecer a socialização entre os alunos e os momentos de descontração com vistas a despertar maior interesse na construção de hábitos alimentares saudáveis. Por meio do jogo de cartas “O enigma da pirâmide”, com questões sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira e desafios sobre alimentação, os resultados apontaram um ganho médio de 38,5% de conhecimento sobre alimentação saudável entre o grupo avaliado, que demonstrou interesse pelas atividades propostas e facilidade no processo de aprendizagem, atribuídos ao uso de ferramentas de ensino lúdicas.

No entanto, nota-se a escassez de mais pesquisas sobre EAN justificada pela ausência do tema no currículo escolar, pela falta de profissionais da educação treinados para abordar a alimentação, pela falta de documentação das atividades realizadas, entre outros (Silva *et al.*, 2018).

Tomando os pressupostos do Marco no ensino infantil, as atividades lúdicas são recursos metodológicos e se destacam como uma estratégia para a EAN, na medida em que a brincadeira é algo presente no desenvolvimento da criança (Dallabona; Mendes, 2004). Para além da diversão, o lúdico é um método no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, promovendo práticas educacionais para conhecimento de mundo, desenvolvimento da oralidade, do pensamento e de sentidos (Moraes; Coelho; Azevedo, 2021).

A criança que participa de brincadeiras têm os sentidos e desenvolvimento motor estimulados, socializa e interage mais com o ambiente e as pessoas, na medida em que o lúdico possibilita exercitar a imaginação e a criatividade, levantando hipóteses, construindo relações reais e elaborando regras de organização, com o intuito de solucionar problemas propostos (Dallabona; Mendes, 2004).

A literatura mostra que a utilização de ferramentas lúdicas busca criar um momento de descontração e de aprendizado entre os alunos, contribuindo para o processo educacional, que se torna mais simples e aceito entre os estudantes. Brincadeiras e oficinas podem ser ferramentas efetivas para a

EAN, uma vez que contribuem ativamente para a construção de conhecimento sobre os alimentos e a promoção de hábitos saudáveis entre as crianças, além de serem de fácil reprodução e baixo custo.

Neste contexto, esse trabalho teve como objetivo o desenvolvimento de oficinas lúdicas envolvendo atividades de EAN em ambiente escolar, proporcionando um espaço de promoção da saúde alimentar e interação entre a comunidade e a articulação dos campos da Alimentação e Nutrição e da Educação.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa do campo da Alimentação e Nutrição, em interface com o campo da Educação. É uma investigação de delineamento qualitativo que se aproxima do universo de significados, valores e atitudes, aprofundando as relações, os processos e os fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2014).

A pesquisa foi desenvolvida em Santos, município litorâneo de São Paulo que, no início de 2024, tinha 86 escolas municipais, divididas entre as macrozonas: Noroeste, Morros, Leste e Centro, que atendiam 26288 alunos da educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação para jovens e adultos no ensino fundamental I e II. O local de estudo foi uma Unidade Municipal de Educação (UME) situada no Morro São Bento, com 223 alunos matriculados à época do estudo em período integral, no berçário I e II, jardim, maternal I e II e pré-escola.

A região dos Morros é heterogênea, incluindo áreas residenciais e comerciais, habitações precárias estruturadas em terra batida e condomínios fechados e loteamentos de baixa densidade populacional. É uma região que sofre com as consequências das chuvas, especialmente decorrente da ocupação desordenada e moradias insalubres (Lima; Zangirolani, 2016).

A população do estudo contou com a totalidade das crianças (n=56), de 3 a 6 anos, matriculadas no jardim, maternal II e pré-escola. A produção de dados foi conduzida por uma graduanda de Nutrição, com o apoio da nutricionista do PNAE que acompanha a alimentação na UME e da docente - nutricionista e orientadora.

Desta forma, no processo de operacionalização deste estudo, diversas frentes de ensino-aprendizagem foram emergindo e dialogando entre si: a EAN em ambiente de educação infantil com a comunidade escolar; o processo formativo da graduanda no âmbito da pesquisa científica; o processo de integração ensino-serviço-comunidade preconizada pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Nutrição da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista (Unifesp-BS). Esta aposta é norteadada, entre outras diretrizes, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; pela a prática profissional como eixo norteador do percurso formativo; pela interdisciplinaridade; pela integração com a comunidade, em cenários reais onde a vida acontece e as pessoas se alimentam (Unifesp, 2023).

A produção de dados foi dividida em duas etapas. A primeira parte consistiu no diagnóstico das questões que envolvem a alimentação das crianças, a partir da: 1. observação dos momentos do almoço

das crianças, no refeitório, durante dois dias não consecutivos, seguindo roteiro de observação; 2. das ações do Projeto Chefes da UMETECA, que realizou atividades de EAN construídas pela nutricionista do PNAE para os alunos do maternal II, jardim e pré-escola (pintura de toucas, visita à cozinha, oficina culinária “cookies” de chocolate e oficina sensorial dos alimentos).

A segunda etapa consistiu no planejamento e execução de uma ação de EAN, pactuada com a direção, coordenadoras e professores da UME, durante reuniões de planejamento pedagógico. A atividade foi registrada em um plano de atividade educativa e conduzida pela graduanda em Nutrição e pela nutricionista do PNAE.

Esta ação consistiu na realização de oficinas culinárias de salada de frutas, sendo uma para as turmas da pré-escola e jardim e uma para o maternal II, considerando as diferentes fases do desenvolvimento observadas na fase diagnóstica. Os alunos foram recepcionados no refeitório da UME com as frutas já pré-preparadas e foram convidados, inicialmente, a responderem perguntas que os levassem a adivinhar as frutas que seriam utilizadas na receita; a relacionar as frutas inteiras com as já cortadas e separadas nas mesas; a reconhecer cores, texturas e sementes. Os ingredientes foram misturados na salada de frutas e os alunos foram convidados a degustar, após se servirem sozinhos ou com apoio da equipe de pesquisadoras e das professoras.

As frutas utilizadas para a oficina culinária foram ofertadas pelo PNAE e as cozinheiras foram responsáveis pela seleção, higienização e corte das frutas.

As atividades das duas etapas foram norteadas pelo uso de metodologias ativas e pela ludicidade, buscando a interação entre as crianças, a partir da curiosidade e experimentação com a comida e o comer com vistas a aproximação das crianças ao PNAE, fortalecendo este grupo como sujeitos de direitos.

Os dados observados foram registrados em diários de campo com a descrição de fatos, falas, dinâmicas, expressões, interrupções e pausas nos momentos de observação (Minayo, 2014). A escrita dos diários considerou reflexões e dados, com registros do que se sente e o que se pensa, incluindo as dificuldades, as descobertas, as hipóteses, as dúvidas, os medos, bem como registros de caracterização do espaço, tempo, local, pessoas, diálogos, situações. Esta aposta está presente no percurso formativo dos estudantes da Unifesp-BS, configurando-se como um modo de pensar sobre e de elaborar os acontecimentos (Federici *et al.*, 2021).

A análise dos dados foi realizada pela equipe de pesquisadoras, por meio da modalidade temática da análise de conteúdo, dividida em três fases: a pré-análise, a exploração do material, e o tratamento dos dados obtidos e interpretação. A primeira fase se caracterizou pela leitura exaustiva dos diários para apropriação do conteúdo, seguida pela codificação do material, com a definição de temas da análise e categorias; além da seleção de unidades de registro. Na última etapa foram identificados os conteúdos manifestos e latentes de todo o material e a análise comparativa, evidenciando os aspectos semelhantes e os divergentes para cada categoria (Bardin, 2016).

O material produzido foi apresentado em duas categorias: Fase diagnóstica: pistas para ações de EAN e Oficina culinária com salada de frutas: misturando saberes. A primeira apresenta as reflexões sobre o material produzido durante a observação dos momentos de alimentação dos alunos e do Projeto Chefes da UMETECA, consistindo em uma etapa importante para o entendimento da dinâmica no ambiente escolar e das necessidades que deveriam ser atendidas por aquele público durante as oficinas. A segunda apresenta a discussão de todo o processo de planejamento, execução e avaliação da ação educativa.

A pesquisa seguiu os aspectos éticos que envolvem pesquisas com seres humanos, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade (CAAE 70918023.0.0000.5505).

## **Resultados e discussão**

### **Fase diagnóstica: pistas para ações de EAN**

A fase diagnóstica se mostrou essencial para a concretização das oficinas, possibilitando à equipe a construção coletiva da EAN, em um processo reflexivo descrito nos diários de campo. A proposição das atividades do Projeto Chefes da UMETECA foi pautada na perspectiva freiriana de Educação, na qual “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção” (Freire, 2002, p. 25). Neste sentido, o aprendizado sobre alimentação e sobre o PNAE se deu pela associação com a realidade das crianças na escola, conectando ideias e sentidos, por meio do brincar e conectando as crianças com pessoas, como por exemplo as cozinheiras (Conceição; Schneider; Soeire, 2019).

A primeira atividade - a pintura de toucas de chefe de cozinha – pautou-se na aproximação dos alunos à prática das cozinheiras, na medida em que conheceram a importância do uso das toucas e puderam confeccionar uma touca personalizada, para o uso nos momentos em que estivessem na cozinha. Com o investimento na ludicidade, além da produção da touca houve uma visita aos espaços de produção/armazenamento de comida da escola (cozinha, lactário e estoque), incluindo um momento de diálogo com as cozinheiras, que inicialmente estava previsto como uma entrevista.

Durante a visita, algumas perguntas disparadoras intencionaram incentivar as crianças a pensar/interagir com o ambiente, os utensílios e os alimentos, como por exemplo: “você sabem para que usamos o sal?”, “você sabem o que este objeto faz?”, “você sabem o nome dessa fruta/verdura?”. No diálogo com as cozinheiras, ficou claro que os alunos não estavam familiarizados com a ideia de entrevistar, o que levou a uma roda conversa na qual as cozinheiras se apresentaram, contando as frutas e as comidas favoritas.

Na oficina culinária - biscoito de chocolate – foram utilizados os ingredientes permitidos pela Resolução nº 6 do PNAE, com os alunos divididos em dois grupos. A oficina foi mediada pela equipe de

pesquisadoras, com o apoio de duas professoras em cada rodada, facilitando as tarefas e o cumprimento do cronograma. Ao final dos dois grupos, os biscoitos foram embalados e distribuídos entre as crianças.

Na atividade da trilha de estações sensoriais (tato, olfato e paladar) havia uma caixa misteriosa com alimentos que os alunos deveriam adivinhar a partir do toque; uma etapa em que os alunos, de olhos vendados, foram desafiados a acertar os alimentos (laranja, alecrim, salsinha e limão) pelo olfato; e, por último, ainda vendados, os estudantes foram convidados a provar diferentes alimentos (maçã, pêra, banana, abacate, abobrinha, cenoura, pepino).

A etapa de avaliação das ações educativas incluiu professores, direção da UME e estudantes, sendo que estes responderam individualmente quais atividades mais gostaram, quais não gostaram e o porquê, sugestões de atividades futuras e atribuíram nota para o Projeto com base em uma escala hedônica representada por “emojis”. Para os alunos, houve grande aceitação da oficina culinária dos biscoitos e sugestões de oficinas com bolo de morango, coxinha, salada de frutas, suco, carne moída e hambúrguer. Houve relatos negativos e de rejeição ao experimentar alguns alimentos, especialmente os legumes.

Os professores responderam a um formulário de avaliação do Projeto, do trabalho em equipe, auto avaliação e possibilidade de impacto na escola e comunidade. Os pontos positivos destacados foram o estímulo à autonomia das crianças e o incentivo ao ato de cozinhar, consumindo alimentos mais saudáveis e nutritivos. Uma questão unânime foi a necessidade de cronograma com maior permanência da equipe de pesquisadoras na UME e atividades específicas de acordo com as idades dos alunos.

A fase diagnóstica permitiu a observação direta das diferentes fases de desenvolvimento dos alunos, incluindo a habilidade de comunicação e a coordenação motora. Foram percebidas diferenças mais significativas entre o grupo do pré/jardim e do maternal II, sendo necessárias adaptações que foram ocorrendo durante a execução das atividades e que aconteceram com o apoio das professoras. Neste sentido, faz necessária maior abordagem teórica do campo da Educação na formação do nutricionista, com vistas ao aumento do repertório sobre estratégias condizentes com cada faixa etária na infância e ao fortalecimento da articulação entre os campos da Saúde, Educação e Alimentação e Nutrição, aspecto já registrado na literatura (Jorge; Vale; Souza, 2024; Moraes; Almeida; Recine, 2024).

A experiência de propor ações de EAN mostrou a importância da integração ensino-serviço-comunidade proposta pelo PPP do Curso de Nutrição da Unifesp-BS, na medida em que antecipou o contato da graduanda com a realidade, em um processo em que o aprendizado parte da experiência e que assume-se os saberes vindos de muitos atores – cozinheiras, professoras, crianças, condizentes, também com as diretrizes e literatura sobre EAN (Unifesp, 2023; Santos; Soares; Silva, 2024).

A etapa diagnóstica referente à observação do momento do almoço das crianças apontou desperdício de alimentos, principalmente verduras e hortaliças e na comida da “repetição”.

Autores descrevem que os escolares tendem a apresentar um consumo abaixo do recomendado de frutas, verduras e legumes (Robinson-O'Brien *et al.*, 2010) e que o maior desperdício na merenda

escolar é dos produtos hortícolas (Martins, 2020), evidenciando as ações de EAN como ferramentas importantes para a discussão destas questões.

Distante de esgotar a análise da complexidade do desperdício de alimentos na escola pontua-se que pode ser influenciado pela oferta de alimentos/preparações incomuns, desconhecidos das crianças; pela distribuição de porções diferentes do hábito dos alunos; pelo ambiente do refeitório, cheio e barulhento (Silva *et al.*, 2023).

A UME está localizada em região de elevada vulnerabilidade e notou-se uma tendência significativa de “repetição”, mesmo sem terminar de comer o prato anterior, e algum desperdício da “repetição”, o que pede um olhar cauteloso para a questão. Em famílias em situação de vulnerabilidade, as refeições oferecidas nas creches podem ser a principal fonte de alimentação adequada e regular para as crianças, o que pode justificar a “repetição” dos pratos (Bidopia *et al.*, 2023).

Na UME há a orientação para que o prato seja servido ao aluno com todas as preparações do cardápio, com o objetivo de incentivar o consumo diversificado de alimentos. Se por um lado, a estratégia pode incentivar a ingestão alimentar, por outro pode aumentar o desperdício, diante das preferências alimentares. Novamente, abre-se espaço para a EAN, incluindo a ampliação do repertório alimentar, uma vez que, para Berge *et al.* (2020) as famílias em situação de insegurança alimentar podem conviver com menor variedade de alimentos, levando as crianças a recusarem aqueles que não conhecem.

Neste sentido, a etapa diagnóstica ultrapassou o caráter “funcional, ou seja, aquela que atende às necessidades nutricionais do corpo-estudante (Santos; Soares; Silva, 2024, p. 3) e pautou a comida na escola como direito, distanciando-se de um entendimento histórico do PNAE como política assistencialista que tem como único objetivo ofertar nutrientes.

### **Oficina culinária com salada de frutas: misturando saberes**

A proposta da oficina contou com a participação dos educadores da UME tanto no planejamento como na execução das atividades, diante do conhecimento técnico, da rotina, do cronograma escolar e das particularidades das crianças. Em dois encontros, pela manhã e à tarde, a proposta de atividade foi apresentada pela graduanda em Nutrição e pela nutricionista do PNAE aos profissionais da escola, lembrando o histórico do Projeto Chefes da UMETECA e construindo um espaço de discussão e ajustes da proposta.

O processo mais importante a se destacar durante as reuniões foi a adequação da atividade, a pedido e em conjunto com a equipe docente, às teorias da pediatra Emmi Pikler, pautada na autonomia por meio da liberdade de movimentos, respeito a individualidade, espaço seguro para encontrar soluções para o desafio enfrentado, ou seja, sem a interferência do adulto no processo diante de tentativas falhas da criança (Araújo *et al.*, 2022).

De acordo com Pikler, cada criança tem um ritmo único de desenvolvimento e cabe aos cuidadores facilitar esse processo sem pressões externas, respeitando o tempo e as capacidades individuais

de cada criança. Essa abordagem é utilizada pela equipe docente por diferenciar-se das práticas tradicionais que muitas vezes impõem um ritmo uniforme de aprendizado e desenvolvimento, desconsiderando as necessidades individuais e o desenvolvimento natural de cada criança (Araújo *et al.*, 2022).

Este processo participativo de discussão do referencial teórico do campo da Educação, em articulação com o campo da Alimentação e Nutrição contribuiu não só para uma ação de EAN condizente com as diretrizes da UME, como com o processo formativo da graduanda. Santos e Oliveira (2021) discutiram que os estudantes de Nutrição tem uma disciplina voltada à EAN em seu currículo, o que não garante que tenham ferramentas para a EAN em ambiente escolar, uma vez que uma revisão bibliográfica sobre o tema mostrou desarticulação entre teoria e prática e o predomínio de métodos tradicionais de ensino-aprendizagem.

Ao incorporar as teorias de Pikler após a sugestão dos docentes da UME, a ação de EAN se distanciou de um caráter meramente nutricional para pensar a comida e o comer em um contexto e com/para sujeitos (Silva *et al.*, 2019) e se aproximar da SAN.

A proposta de oficina de salada de frutas se deu também pela avaliação positiva da oficina do Projeto Chefes da UMETECA, para desenvolvimento de habilidades culinárias e aproximação dos alunos aos alimentos in natura ofertados pelo PNAE. As habilidades culinárias - que envolvem todas as etapas de preparo dos alimentos – pode aumentar a autonomia e o repertório alimentar (Brasil, 2014) e a oficina culinária é uma oportunidade para oferecer alimentos desconhecidos e/ou de baixa aceitação na escola, contribuindo para a ressignificação da comida (Rezende; Negri, 2015; Jorge; Vela; Souza, 2024).

Durante as oficinas, os alunos foram provocados por afirmações: “é uma fruta bem doce e grandona, verde por fora e vermelha por dentro”, “esta fruta tem uma semente bem grande no meio e tem vários fiozinhos que parecem cabelo”, “esta é de cor laranja e tem várias sementes pretas em formatos de bolinha”, estimulando-os a adivinhar o nome das frutas e se revezar na tarefa de misturar os ingredientes, garantindo que todos participassem da atividade. As oficinas culinárias foram amplamente aceitas por todas as turmas e, apesar da resistência inicial de algumas crianças em provar a salada de frutas, todas aceitaram ao ver os colegas comendo.

Tomando como público alvo crianças de 3 a 5 anos de idade, o lúdico contribui para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo a partir da interação e socialização das crianças. Segundo Jurdi *et al.* (2018, p. 604):

compreende-se que a atividade lúdica instaura uma nova relação com a vida, possibilita a criação de um novo mundo, estabelece outros jeitos de viver e de fazer, cria novos padrões de sociabilidade permeados pela amizade, pela cooperação e pela noção de responsabilidade coletiva.

Tais perspectivas dialogam diretamente com a reflexão sobre o papel da comida como mediador de socialização e de comensalidade - o comer e estar junto - como uma prática cotidiana de convívio

social (Brasil, 2014). Neste sentido, “a defesa da brincadeira de comer surge para tensionar o tipo de educação disciplinar e normalizador que ainda pauta a Ciência da Nutrição (Jorge; Vale; Souza, 2024, p. 9).

A aplicação das ferramentas lúdicas funcionou como uma ponte de aprendizado e comunicação - entre nutricionistas, professores, cozinheiras e estudantes – em um processo pedagógico que desperta no aluno o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista, tornando o conteúdo trabalhado mais interessante e atrativo (Kishimoto, 1994; Brasil, 2007; Jorge; Vale; Souza, 2024).

Afirma-se a importância do brincar com o estabelecimento da Lei 14.826 de 20 de março de 2024, que estabelece como dever do Estado, família e sociedade a proteção, preservação e garantia do direito ao brincar para todas as crianças, estimulando uma educação não violenta e lúdica, com ações que promovam o direito ao brincar e ao brincar livre, bem como a promoção de ações e de campanhas que visem ao pleno desenvolvimento das capacidades neurológicas e cognitivas da criança (Brasil, 2024).

Ressalta-se que o projeto previa o desenvolvimento de mais ações de EAN que não foram possíveis diante dos diferentes tempos institucionais - dos calendários da UME e da Unifesp-BS e especialmente da Operação Verão, impedimento importante para a presença de pessoas externas, tanto na região como na UME, diante da violência e confronto policial no território no período de realização da pesquisa. A conciliação das ações de EAN com outras atividades do cronograma/calendário da UME também constitui um desafio, na medida em que deveriam ser realizadas em períodos livres dos alunos sem interferir nos momentos de refeição, por exemplo. A inserção prévia de atividades de EAN no calendário de atividades pedagógicas das escolas é bem-vinda.

## **Conclusão**

As ações de EAN evidenciaram a oportunidade para a promoção da alimentação adequada entre crianças de 3 a 5 anos de idade. As atividades, pautadas na pedagogia freiriana, *pikleriana* e no lúdico, proporcionaram um ambiente rico em aprendizado e desenvolvimento para os alunos, estimularam habilidades práticas e sensoriais e incentivaram uma relação mais próxima das crianças com os alimentos e com o PNAE.

A oficina de salada de frutas confirmou esses objetivos e a flexibilidade para a adaptação das atividades, sempre que necessário e envolvendo todos os profissionais da UME, foi um ponto crucial para promover a inclusão de todos os alunos. Os momentos de pactuação com professores e coordenadores se mostraram essenciais para a troca de saberes, possibilitando conhecer o público escolar e as metodologias de ensino utilizadas, adaptando a ação de EAN.

As iniciativas de EAN podem colaborar para o desenvolvimento integral dos alunos, cumprindo o papel na discussão e garantia do DHAA, na prevenção de problemas relacionados à comida e na aposta ético-política de entender as crianças como sujeitos de direitos.

Do ponto de vista da formação em Nutrição, esta experiência foi oportuna para o percurso formativo da estudante, tanto em relação ao processo de pesquisar como na integração com a comunidade – estudantes, cozinheiras, professores, direção/coordenação da UME, nutricionista do PNAE, evidenciando uma aposta formativa pautada na experiência, na qual se assume que os saberes são plurais e compartilhados.

## REFERÊNCIAS

ABESO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E SÍNDROME METABÓLICA. **Mapa da obesidade**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ARAUJO, Alexandra Maria; MARANHÃO, Rosângela de Albuquerque; SILVA, Taciana Patricia; SILVA, José Eduardo. Pedagogizar: o educar e brincar sob a abordagem de emmi pikler. **Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e311059, 2021. doi: 10.47820/recima21.v3i1.1059. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/1059> Acesso em 21 fev 2026

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGE, Jerica Mohlman; FERTIG, Angela; TROFHOLZ, Amanda; NEUMARK-SZTAINER, Dianne; ROGERS, Elizabeth; LOTH, Katie. Associations between parental stress, parent feeding practices, and child eating behaviors within the context of food insecurity. **Preventive Medicine Reports**, [s. l.], v. 19, p. 101146, 2020. doi: 10.1016/j.pmedr.2020.101146. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32642403/> Acesso em 20 jan 2026.

BIDOPIA, Tatyana; CARBO, Alejandra Vivas; ROSS, Rachel; BURKE, Natasha. Food insecurity and disordered eating behaviors in children and adolescents: a systematic review. **Eating Behaviors**, [s. l.], v. 49, p. 101731, 2023. doi: 10.1016/j.eatbeh.2023.101731. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37150094/> Acesso em 20 jan 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2006. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010\\_08\\_05\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html) Acesso em 21 jan 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>. Acesso em 21 jan 2026

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 17 jun. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em 24 jan 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com

vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 6, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em 24 jan 2026

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União: p. 59, Brasília, DF. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view> Acesso em 20 jan 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **FNDE**: Governo Federal reajusta valores da alimentação escolar. Brasília, DF: MEC, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024**. Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Diário Oficial da União: p. 3, Brasília, DF, 21 mar. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2024/lei/114826.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/114826.htm). Acesso em 21 jan 2026.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; VINCHA, Kellem Regina Rosendo; SANTIAGO, Débora Aparecida. Educação alimentar e nutricional como prática de intervenção: reflexão e possibilidades de fortalecimento. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 225–249, 2016. doi: 10.1590/S0103-73312016000100013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/cFCwkTrh6KxsDnDvSHDYy7m/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 jan 2026

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva; SCHNEIDER, Henrique Nou; SOEIRA, Elaine dos Reis. Pedagogia freiriana: o currículo e a prática pedagógica no processo de aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 204–229, 2019. doi: 10.23925/1809-3876.2019v17i1p204-229. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/39541> Acesso em 20 jan 2026

COURA, Camila Pinheiro; MONTEIRO, Luana Silva; DE CNOP, Mara Lima; MINUZZO, Daniela Alves; PEREIRA, Rosângela Alves. Innovative methods in nutritional interventions through sensory-based workshops with preschool children. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 35, e210227, 2022. doi:10.1590/1678-9865202235e210227. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/yv5KW8XpgFnDT9cCw6pn3MG/?format=pdf&lang=en> Acesso em 21 jan 2026

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de Divulgação Técnico-científica do ICPG**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004. disponível em: [https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos\\_alunos/doc\\_1311627172.pdf](https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1311627172.pdf) Acesso em 21 fev 2026

FEDERICI, Conrado Augusto Gandara; MENDES, Mariana Louver; LIBERMAN, Flávia. O diário invertido como possibilidade de variação pedagógica intensiva. **Pro-Posições**, Campinas, v. 32, e20200042, 2021. doi: 10.1590/1980-6248-2020-0042. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/nzGpjXYk75435s5ScR8Y7sv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 21 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JORGE, Thiago Perez; VALE, Diôgo; SOUSA, Juliana Morais de. Educação alimentar e nutricional nas infâncias para além de um tema transversal: esboço de uma teoria da prática. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. e77425, 2024. doi: 10.12957/demetra.2024.77425. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/77425> Acesso em 21 fev 2026

JURDI, Andrea Perosa Saigh; SILVA, Carla Cilene Baptista; LIBERMAN, Flavia. Inventários das brincadeiras e do brincar: ativando uma memória dos afetos. **Interface**, Botucatu, v. 22, n. 65, p. 603-608, 2018. doi: 10.1590/1807-57622016.0978. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/kvYxC8bdgcVrQs4jWmCjSCj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

JUZWIAK, Claudia Ridel. Era uma vez... um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Interface**, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 473–484, 2013. doi:10.1590/S1414-32832013000200019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PBfCqzLZdpnR3CC5CysJtVF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 21 fev 2026

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Luana Pereira; OIKAWA ZANGIROLANI, Lia Thieme. Programa bolsa família: perfil, ações intersetoriais e percepção dos gestores de serviços, em um estudo de caso nos morros de Santos. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. Supl., p. 1297–1315, 2016. doi: 10.12957/demetra.2016.21374. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/21374> Acesso em 21 fev 2026

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar de Itapeçerica da Serra - SP**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2015.

MARTINS, Margarida Liz; RODRIGUES, Sara; CUNHA, Luis; ROCHA, Ada. Factors influencing food waste during lunch of fourth-grade school children. **Waste Management**, [s. l.], v. 113, p. 439-446, 2020. doi: 10.1016/j.wasman.2020.06.023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Giane Severino Correa; COELHO, Helda Gomes; AZEVEDO, Gilson Xavier de. A importância do lúdico na Educação Infantil. **REEDUC - Revista de Estudos em Educação**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 96-125, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11569> Acesso em 21 fev 2026

MORAES, Iara de Castro; ALMEIDA, Gêssica Mercia de; RECINE, Elisabeta. Conteúdo programático e referencial bibliográfico da disciplina de Educação Alimentar e Nutricional: uma análise documental. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. e77437, 2024. DOI: 10.12957/demetra.2024.77437. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/77437> Acesso 21 fev 2026

MOURA, Francisco Nunes de Sousa; LEITE, Raquel Crosara Maia; BEZERRA, José Arimatéa Barros. "Comer é um ato que vai além de nutrir o corpo": a Educação Alimentar e Nutricional em políticas educacionais transversais. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 14, n. 34, p. 302–323, 2022. doi: 10.28998/2175-6600.2022v14n34p302-323.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. doi:10.1590/S1413-81232013000400002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. doi: 10.1590/0102-311x00170112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YXdL5MRGSTSfZsrKjJV3FxcT/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

REZENDE, Maria de Fátima; NEGRI, Sônia Teresinha de. Educação alimentar e nutricional associada a oficinas culinárias com alunos em uma escola pública. **Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 12, n. 20, p. 21-35, 2015. doi:10.5007/1807-0221.2015v12n20p21

ROBINSON-O'BRIEN, Ramona; BURGESS-CHAMPOUX, Teri; HAINES, Jess; HANNAN, Peter; NEUMARK-SZTAINER, Dianne. Associations between school meals offered through the national school lunch program and the school breakfast program and fruit and vegetable intake among ethnically diverse, low-income children. **Journal of School Health**, [s. l.], v. 80, n. 10, p. 487-492, 2010. doi: 10.1111/j.1746-1561.2010.00532.x. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3707281/> Acesso em 21 fev 2026

SANTOS, Georgianna Silva dos; OLIVEIRA, Maria de Fátima Alves de. Estratégias de ensino voltadas para educação alimentar: um artigo de revisão. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 31, p. 621–647, 2021. doi:10.28998/2175-6600.2021v13n31p621-647. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/10940> Acesso em 21 fev 2026

SANTOS, Ligia Amparo da Silva; SOARES, Micheli Dantas; SILVA, Edleuza Oliveira. A potência educativa do saber e do comer na escola: interfaces entre os direitos à educação e à alimentação. **Educação**, Porto Alegre, v. 49, n. 1, e86/1–29, 2024. doi: 10.5902/1984644485362. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/85362> Acesso em 21 fev 2026

SEMINOTTI, Jonas Jose. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 3, p. 110–127, 2022. doi: 10.14295/rcn.v3i3.13975 Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13975> Acesso em 21 fev 2026

SILVA, Edleuza Oliveira; AMPARO-SANTOS, Lígia; SOARES, Micheli Dantas. Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, e00217918, 2019. doi:10.1590/0102-311X00217918. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bYfLMDdbfmrDP6CyxcQsSdc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 mar 2026

SILVA, Raquel Helena Mota da; NEVES, Felipe Silva; NETTO, Michele Pereira. Saúde do pré-escolar: uma experiência de educação alimentar e nutricional como método de intervenção. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 321-327, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15678> Acesso em 09 mar 2026

SILVA, Simoni Urbano; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUSA, Lucilene Maria; ALMEIDA, Géssica Mercia. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, 2018. doi:10.1590/1413-81232018238.19642016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 mar 2026

SILVA, Lidiane Santana; NOVAES, Tatiana Gonçalves; SOLEDADE, Juçara Alvarindo Brito; SILVA, William Santos. Avaliação do desperdício alimentar em escolas públicas do Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Diálogos & Ciência**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-61, 2023. doi:10.7447/1678-0493.2023v3n1p46-61. Disponível em: <https://periodicos.unifc.edu.br/index.php/dialogoseciencia/article/view/248> Acesso em 21 fev 2026

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1998. 165 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Nutrição**. Santos: Unifesp, 2023. Disponível em: <https://cursos.siu.unifesp.br/graduacao/curso/782/projeto-pedagogico>. Acesso em: 10 abr. 2026.

VASCONCELOS, Celia Maria Ribeiro; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro; RAMOS, Vânia Pinheiro; VASCONCELOS, Ana Lucia Ribeiro; RAPOSO, Maria Cristina Falcão, MOURA, Jefferson Wildes da Silva et al. Estudo de intervenção com escolares utilizando jogo de cartas “o enigma da pirâmide” sobre alimentação saudável. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 27, e81354, 2022. doi: 10.5380/ce.v27i0.81354. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/xFmmB5fTnq3JFYRVtjMDwTS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005. doi:10.1590/S1415-52732005000400001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 fev 2026

*Recebido em: 23 de abril de 2026.  
Aprovado em: 07 de junho de 2026.*